

Dívida pública dos países do G20 em relação ao PIB em 2025

Paulo Galvão Júnior ()*
*Luiz Alberto Machado (**)*

A dívida pública (ou dívida interna) é um dos principais indicadores da sustentabilidade fiscal de um país e exerce influência direta sobre a estabilidade macroeconômica, a confiança dos investidores, o custo do crédito e o potencial de crescimento econômico. Expressa como percentual do Produto Interno Bruto (PIB), ela representa o peso do endividamento do governo em relação à capacidade anual de geração de riqueza da economia.

No *Novíssimo Dicionário de Economia*, o consagrado professor Paulo Sandroni assim a define (1999, p. 180): "*Total dos débitos assumidos pelo governo junto às pessoas físicas e jurídicas residentes no próprio país. Sempre que as despesas do governo superam a receita, há necessidade de dinheiro para cobrir o déficit. Para isso, as autoridades econômicas podem optar por três soluções: emissão de papel-moeda, aumento da carga tributária e lançamento de títulos*".

Embora não exista um nível universalmente considerado ideal, elevados níveis de endividamento tendem a reduzir o espaço para investimentos públicos, ampliar as despesas com juros e limitar a capacidade do Estado de responder a crises econômicas. Em contrapartida, economias com elevada credibilidade institucional, mercados financeiros desenvolvidos e amplo acesso ao financiamento conseguem sustentar níveis mais elevados de dívida do que a maioria dos países emergentes.

Os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2025 revelam significativa heterogeneidade entre os 19 países integrantes do Grupo dos Vinte (G20), refletindo diferenças nas estratégias de política fiscal, no estágio de desenvolvimento econômico, na estrutura institucional e na capacidade de financiamento de cada economia.

Tabela 1: Dívida pública dos países do G20 em relação ao PIB (2025)		
Classificação	País	Dívida pública (% do PIB)
1º	Japão	206,5
2º	Itália	137,1
3º	Estados Unidos	123,9
4º	França	116,0
5º	Canadá	113,5
6º	Reino Unido	102,3
7º	China	99,2
8º	Brasil	93,3
9º	Índia	84,1
10º	Argentina	80,3
11º	África do Sul	78,6
12º	Alemanha	62,9
13º	México	61,8
14º	Coreia do Sul	52,3

15º	Austrália	51,0
16º	Indonésia	41,0
17º	Arábia Saudita	31,7
18º	Turquia	23,5
19º	Rússia	17,2
Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI), 2025.		

Os dados do FMI mostram que o Japão permanece como o país mais endividado do G20, com dívida equivalente a mais de duas vezes o valor de toda a sua produção anual. Esse elevado endividamento resulta de décadas de baixo crescimento econômico, sucessivos déficits fiscais, envelhecimento populacional e elevados gastos com previdência e saúde. O país asiático mantém relativa estabilidade porque a maior parte de sua dívida é financiada por investidores domésticos e denominada em sua própria moeda, o iene.

Na sequência, aparecem Itália, Estados Unidos, França e Canadá, todos com dívida superior a 110% do PIB. Em grande medida, esses elevados níveis refletem os efeitos acumulados da crise financeira internacional de 2008, das políticas fiscais expansionistas adotadas durante a pandemia da Covid-19 e do aumento dos gastos sociais decorrentes do envelhecimento da população.

O Reino Unido ocupa a sexta posição do ranking, com dívida equivalente a 102,3% do PIB. O aumento do endividamento britânico decorre principalmente das medidas de estímulo implementadas após a crise financeira de 2008, dos elevados gastos públicos durante a pandemia da Covid-19, dos impactos econômicos do Brexit e do aumento das despesas com saúde e assistência social.

A China aparece na sétima posição, com dívida correspondente a 99,2% do PIB. Embora inferior à observada em seis economias avançadas do G20, a trajetória de crescimento do endividamento chinês desperta preocupação em razão da desaceleração econômica, da crise do setor imobiliário e da ampliação do crédito destinado às províncias.

O Brasil ocupa a oitava posição, com dívida pública equivalente a 93,3% do PIB, figurando entre as economias emergentes mais endividadas do G20. Esse resultado decorre da combinação de déficits fiscais recorrentes, baixo crescimento econômico em diversos períodos, expansão das despesas obrigatórias e elevado custo do financiamento da dívida pública.

Outro aspecto que diferencia a economia brasileira é a elevada taxa de juros. Como parcela significativa da dívida pública está vinculada ao comportamento das taxas de mercado, aumentos da taxa Selic elevam rapidamente as despesas financeiras do governo. Esse fenômeno reduz o espaço fiscal para investimentos em infraestrutura, educação, saúde, ciência, tecnologia e inovação, comprometendo o crescimento econômico de longo prazo.

Outro fator que compromete a sustentabilidade das contas públicas no Brasil é a corrupção. Desvios de recursos públicos, fraudes em licitações, superfaturamento de obras estatais e outras práticas ilícitas como propinas reduzem a eficiência do gasto governamental, comprometem a qualidade dos investimentos públicos e podem ampliar a necessidade de financiamento do Estado. Além disso, a corrupção afeta a confiança

dos investidores, eleva a percepção de risco institucional e dificulta a implementação de políticas fiscais voltadas para a redução da dívida pública brasileira.

Na parte intermediária do ranking encontram-se Índia, Argentina, África do Sul, Alemanha e México. Embora apresentem características econômicas bastante distintas, esses países compartilham o desafio de conciliar responsabilidade fiscal com investimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social.

Na outra extremidade da classificação, Coreia do Sul, Austrália, Indonésia, Arábia Saudita, Turquia e Rússia registram os menores níveis de dívida pública do G20. Em muitos casos, essa situação resulta de maior disciplina fiscal, menor volume de déficits públicos, receitas provenientes da exploração de recursos naturais ou políticas mais rigorosas de controle das despesas governamentais.

Entretanto, a experiência internacional demonstra que o tamanho da dívida pública, por si só, não determina a solidez das finanças públicas. Países desenvolvidos conseguem conviver com elevados níveis de endividamento porque possuem elevada credibilidade institucional, mercados financeiros profundos, moedas fortes e reduzido risco de financiamento. Já as economias emergentes precisam preservar maior disciplina fiscal para evitar pressões sobre a taxa de inflação, a taxa de câmbio e as taxas de juros.

A sustentabilidade da dívida pública depende fundamentalmente da interação entre crescimento econômico, resultado primário das contas públicas e custo do financiamento. Quanto maior o crescimento do PIB e mais eficiente a gestão fiscal, menor tende a ser a relação entre a dívida pública e o PIB ao longo do tempo. Em contrapartida, déficits persistentes, juros elevados e baixo crescimento aceleram o endividamento e reduzem a capacidade de investimento do Estado.

No caso brasileiro, torna-se imprescindível fortalecer a responsabilidade fiscal, conter o crescimento das despesas obrigatórias, elevar a eficiência do gasto público e ampliar os investimentos capazes de aumentar a produtividade da economia. A consolidação fiscal deve caminhar lado a lado com reformas estruturais que promovam maior competitividade, simplificação tributária, segurança jurídica, inovação tecnológica e expansão da infraestrutura.

Em um ambiente internacional marcado por conflitos geopolíticos, elevada incerteza, mudanças climáticas, inflação persistente e custos financeiros elevados, a responsabilidade fiscal assume papel estratégico para a estabilidade macroeconômica. Os países que conseguem manter uma trajetória sustentável para sua dívida pública tendem a atrair mais investimentos, reduzir o custo do crédito, fortalecer sua competitividade e criar condições mais favoráveis para a geração de emprego, renda e crescimento econômico.

A análise da dívida pública dos 19 países integrantes do G20 evidencia que o equilíbrio fiscal continua sendo um dos maiores desafios da economia mundial. Enquanto países desenvolvidos, como Japão, Itália e Estados Unidos, convivem com elevados níveis de endividamento sustentados por maior capacidade de financiamento e credibilidade institucional, diversas economias emergentes apresentam indicadores relativamente mais baixos, como Rússia, Turquia e Arábia Saudita.

No caso do Brasil, a combinação entre responsabilidade fiscal, controle do crescimento das despesas públicas, aumento da produtividade e estímulo ao investimento privado constitui o caminho mais consistente para assegurar a sustentabilidade das contas

públicas e construir uma trajetória de crescimento econômico mais próspera, inclusiva e sustentável.

(*) Paulo Galvão Júnior é economista, conselheiro efetivo do Corecon-PB, membro do Fórum Celso Furtado de Desenvolvimento da Paraíba e apresentador do programa Economia em Alta na rádio web Alta Potência em João Pessoa.

() Luiz Alberto Machado** é economista, formado pela Universidade Mackenzie (1977), mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal, 2012) e assessor da Fundação Espaço Democrático.